

**Museu da Inconfidência/IPHAN/MinC
Plano Museológico 2007-2010**

Ouro Preto, 2008

Sumário

1. Missão Institucional.....	3
2. Histórico	3
3. Diagnóstico	7
4. Objetivo	9
5. Diretrizes	9
6. Programas	11

1. Missão Institucional

Pesquisar, preservar e difundir a história da Inconfidência Mineira e da sociedade colonial como instrumento de identidade na formação da cultura brasileira.

1. Histórico

O Museu da Inconfidência foi criado pelo decreto-lei 965, de 20 de dezembro de 1938. O artigo 1º determina que a sua finalidade "é colecionar as coisas de vária natureza, relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que se constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais". A idéia da sua criação surgiu com a chegada das ossadas dos inconfidentes falecidos no exílio, que foram transferidas da África para o Brasil em 1936, por determinação do presidente Getúlio Vargas. Foi o primeiro museu a instalar-se fora da faixa litorânea do país, rompendo uma tradição que vinha dos tempos do reinado brasileiro de D. João VI.

O momento era de excepcional interesse pelo patrimônio histórico e artístico. As atenções se achavam voltadas para Ouro Preto, que recebera o título de monumento nacional em 1933, iniciando-se o processo de tombamento dos conjuntos urbanos representativos de um passado cuja memória devia ser preservada. Com a construção da Penitenciária Estadual no município de Neves, esvaziou-se o edifício da Casa de Câmara e Cadeia da antiga Vila Rica em 1937, e a administração federal imediatamente o reivindicou, na certeza de haver encontrado local adequado para instituir um centro de documentação sobre a Inconfidência Mineira. O imóvel foi doado à União pelo decreto-lei estadual 144, de 2 de dezembro daquele ano, determinação que passou a compor o artigo 2º do decreto de criação do Museu. Constitui o artigo 3º a decisão de transferir os restos mortais dos inconfidentes, em caráter definitivo, para o prédio recém-desocupado.

A restauração e a adaptação do prédio foram iniciadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, criado em 1937, também ensaiava os primeiros passos e seria, com o tempo, a origem do atual IPHAN. A determinação para executar a obra está definida no artigo 4º do decreto e encarrega o órgão da organização técnica e administrativa do Museu.

Para a reconstituição das características do edifício, que havia sofrido modificações com o funcionamento da Penitenciária, providenciou-se a vinda de Portugal de cópias do projeto de Luís da Cunha Meneses, governador da Capitania de Minas de 1783 a 1788, autor do risco do monumento. A responsabilidade da execução do restauro coube ao arquiteto Renato Soeiro. A administração local da obra ficou a cargo do engenheiro Francisco Antônio Lopes.

O ponto de partida da organização do Museu foi o Panteão dos Inconfidentes considerado um "altar da Pátria", monumento de consagração cívica aos inconfidentes e à conjuração por eles articulada. Executado pelo arquiteto José de Sousa Reis, o projeto alcançou resultado excepcional com a utilização de cantarias de quartzito provenientes da serra do Itacolomi. Em 21 de abril de 1942, no transcurso do 150º aniversário da sentença de

condenação dos inconfidentes, inaugurava-se solenemente, com a presença do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e do Ministro da Justiça, Francisco Campos. Apresenta na placa central o nome dos envolvidos, 13 lápides funerárias e uma vazia, homenagem aos participantes cujos corpos não foram localizados. O repatriamento foi uma iniciativa do governo Vargas que, naquele momento, atribuía à história uma missão redentora, reconduzindo os heróis da Nação aos lugares que lhes pertenciam de direito. Buscava-se reafirmar os princípios da autonomia e da liberdade do país no território da memória coletiva. No monumento, a morte materializa-se em cinzas, ossadas, lápides, silêncio e despojamento para conferir à Inconfidência outro significado simbólico, solene e maior, o de um dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira.

O Museu completo veio finalmente abrir suas portas a 11 de agosto de 1944, quando se comemorava o bicentenário do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. Já se achava então organizado o salão contíguo ao mausoléu, com objetos e documentos relacionados aos inconfidentes, incluindo-se traves da forca que serviu ao suplício de Tiradentes e o sétimo e último volume dos *Autos de Devassa*. Numa extensão da homenagem do Panteão, foram assentadas nessa sala mais duas lápides: uma vazia, em memória de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, mulher do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto, e outra, com os restos mortais de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília de Dirceu, noiva e musa de Gonzaga. Outra sala do térreo foi dedicada integralmente a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, com esculturas, desenhos arquitetônicos e recibos de trabalhos executados.

O plano geral do Museu foi sugerido pelo historiador Luís Camilo de Oliveira Torres. A disposição das peças nas diversas salas ficou a cargo do decorador suíço Georges Simoni, que havia realizado projetos para outros museus brasileiros.

A coleção se apresentou bastante expressiva desde o início em razão da significativa doação feita por Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, que há anos vinha reunindo objetos de arte religiosa de paróquias da arquidiocese, em risco pela falta de segurança nas localidades do interior. Mediante seleção do próprio diretor do Serviço de Patrimônio, Rodrigo Mello Franco de Andrade, posteriormente se comprou a maior parte do acervo do antigo Instituto Histórico de Ouro Preto, fundado por Vicente de Andrade Racioppi, e o mais foi sendo acrescentado através de doações de particulares ou de aquisições realizadas com recursos próprios do órgão.

O primeiro diretor do Museu, cónego Raimundo Otávio da Trindade, chegou numa fase em que a instituição, recém-inaugurada, constituía a "menina dos olhos" da intelectualidade e da cúpula administrativa do país. Naquele momento, o Museu estava com as necessidades de equipamento e de pessoal satisfeitas e as instalações físicas representavam o que de mais avançado se poderia desejar. Num ambiente de prestígio e respeitabilidade, o Cónego pôde dispor de tempo para dar continuidade à sua obra de linhagista e historiador da Igreja.

Mas o panorama político logo seria alterado com a deposição de Vargas. A nova ordem imposta resultaria em desprestígio para o órgão, em consequência dos seus vínculos de origem. Privada do convívio com o poder, a instituição se ressentiria. O prédio, sem receber obras de conservação, começou a envelhecer; o acervo entrou em processo de degradação; e os funcionários, não sendo renovados, passaram a se dispersar e a se aposentar.

Embora esse quadro já se esboçasse nos anos finais da administração do Cônego, foi a partir de 1959, na gestão do seu sucessor, o museólogo Orlandino Seitas Fernandes, que tal realidade se imporia com todo peso. Intelectual que deixaria fama de grande talento como conferencista sobre arte colonial mineira, Orlandino enfrentou um contexto de crise que se tornaria insustentável com o passar dos anos. O esvaziamento do quadro de funcionários produziu situação tão crítica que o segundo andar do prédio teve que ser fechado e as peças do acervo, recolhidas à antiga casa do carcereiro, se deterioravam devido às precárias condições de conservação.

O Museu da Inconfidência se transformou em flagrante retrato do subdesenvolvimento do país, refletindo a crise geral da sociedade, que ansiava por mudanças político-sociais. A revolução modernizante, que lançou suas bases no início da década de 1920, viria à tona nos anos 70, após longo período de incubação. A economia havia crescido com a industrialização, a proteção alfandegária e a expansão das fronteiras agrícolas. As mentalidades se modificaram com o surgimento das massas urbanas, o progresso dos meios de comunicação e a efetiva viabilização da universidade, que coincidiu com a criação dos cursos de ciências humanas e sociais. Essa onda transformadora, na medida em que envolvia também os setores culturais, iria permitir a recuperação dos museus, que se encontravam em situação de carência generalizada.

A unidade de Ouro Preto, por ser a mais desprotegida da área oficial, possuía estrutura administrativa informal e foi por isso a que mais rapidamente reagiu à pressão dos novos tempos. Um funcionário do hoje extinto Departamento de Assuntos Culturais - DAC, do Ministério da Educação e Cultura, Delso Renault, que veio do Rio de Janeiro, em 1973, para responder pelo Museu enquanto se aguardava a nomeação do novo diretor, deu início às obras de recuperação do prédio e do acervo, realizando reparos mais urgentes.

Em 14 de julho de 1974 instalou-se a administração atual, com a nomeação do escritor Rui Mourão. Para dar prosseguimento às atividades de revitalização da Casa, foi necessário interpretar as transformações ocorridas dentro do panorama social brasileiro com vistas a atualizar a instituição, restituindo-lhe o seu papel de destaque nacional. A criação de setores técnicos diversificados, ampliando os serviços, exigiu a instalação de uma infraestrutura eficiente para atender às novas demandas. A área física expandiu-se com a incorporação de três Anexos.

O aumento de público impulsionou a Instituição que se constituiu em efetivo centro gerador de cultura. Em 1975, o Museu da Inconfidência passou a coordenar o Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, criado pelo IPHAN para atuar em paralelo à Diretoria Regional, atual 13ª Superintendência. Extinto o Grupo em 1990, o Inconfidência se consolidaria na condição de museu nacional. A equipe técnica, protegida contra os riscos de uma atuação dispersiva, encontrou os meios de dar maior densidade ao seu trabalho.

O acervo do Museu foi enriquecido com a incorporação de expressivo número de documentos: manuscritos musicais reunidos pelo musicólogo Francisco Curt Lange, 72 peças dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, coleção bibliográfica adquirida do espólio do historiador Tarquínio Barboza de Oliveira e vários outros documentos relacionados à história de Minas no século XVIII.

Consolidadas as mudanças estruturais básicas, a definição de novas diretrizes apontava para a necessidade de ser reformulada a exposição de longa duração do Museu. As alterações no contexto cultural e as novidades trazidas pelo desenvolvimento tecnológico tornavam imperiosa a renovação do seu discurso histórico-museológico. Mudar o perfil da exposição significou adotar uma abordagem que incorporasse reflexões contemporâneas sobre o processo de construção da memória e da história. E mais, significou olhar os objetos do acervo como documentos históricos, vestígios da cultura material, a partir dos quais seria possível firmar o compromisso do Museu com a formação de uma consciência crítica sobre o passado.

Após muito debate e reflexão, a idéia começou a se concretizar. O eixo central da pesquisa foi decodificar a realidade urbana de Vila Rica, entendendo-a como expressão e síntese da experiência colonizadora nas Minas. Buscou-se evidenciar a Vila na condição de espaço burocrático-mercantil, em que coexistiam variados atores sociais, uma concentração de funcionários civis, militares e eclesiásticos. Sua história está associada à ordem - produção de riquezas, tributação e controle social - e também à desordem, às transgressões inscritas no seu dia a dia. Tratou-se de fazer emergir a história da Inconfidência Mineira, ambientada neste contexto cotidiano da ordem e do seu avesso. Atenção especial foi dirigida à cultura setecentista, com ênfase no discurso barroco que, para além das palavras e dos recursos plásticos, esteve presente nos rituais, nas festas, nos gestos e nas convenções da vida social, numa verdadeira representação teatral do mundo.

Elaborado o projeto museológico, foi contratado o especialista francês Pierre Catel, que se incumbiu da museografia. O Museu logrou renovar a sua linguagem, e o trato da questão espacial, aliado à utilização de modernos recursos de iluminação, valorizaram o acervo, que passou a ter presença dignificada.

O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia abriga a exposição de longa duração que, no primeiro piso, apresenta a infra-estrutura da cidade, das origens até o período imperial. Objetos de construção civil, meios de transporte, mineração, vida social, documentam a evolução de um agrupamento humano que iria sonhar com a Independência brasileira. O segundo piso apresenta a superestrutura da criação artística, pondo em evidência a importância da Igreja. Para suprir lacunas que o acervo não tinha condições de preencher, foram utilizados recursos de multimídia, acessíveis ao público através de cinco quiosques localizados em três salas. Além de poder exibir aspectos essenciais da história local, por esse processo se chegou a introduzir o elemento lúdico, a partir de jogos interativos, proporcionando um interesse a mais ao visitante. A inauguração da nova exposição ocorreu em 22 de agosto de 2006.

Além desse espaço, integram a estrutura do Museu da Inconfidência três Anexos para apoio à gestão museológica. Situados ao lado do edifício principal, nos Anexos I e II estão instaladas as áreas de Museologia, Conservação e Restauração, Comunicação, Difusão e Promoção Cultural. Algumas salas de trabalho estão destinadas à Direção, Secretaria, Segurança e Serviços Gerais. Há ainda espaços reservados para Auditório, Reserva Técnica e a Sala de Exposições Temporárias Manuel da Costa Ataíde, em que são apresentadas mostras de arte contemporânea e de acervo histórico. No Anexo III, conhecido como Casa Setecentista do Pilar, funcionam o Arquivo Histórico, a Biblioteca e as áreas de Pesquisa Histórica, de Musicologia, de Educação e a Administração.

Na atualidade, o Museu da Inconfidência desenvolve ações de relevância nas áreas de preservação, inventário, pesquisa, educação patrimonial, difusão do acervo, e promoção cultural. Recebe grande número de visitantes brasileiros e estrangeiros, firmando-se como centro dinâmico de produção cultural e de pesquisa.

3. Diagnóstico

PONTOS FORTES

- Localizado no centro da cidade de Ouro Preto em edificação que constitui importante referência arquitetônica e histórica do patrimônio cultural brasileiro.
- Espaço museográfico modernizado, com exposição de longa duração reformulada de acordo com padrões internacionais.
- Prédio principal com equipamentos para atender aos portadores de necessidades especiais.
- Sala de exposições de curta e média duração, com infra-estrutura museográfica e localização central.
- Auditório equipado para projeções audiovisuais, com capacidade para público de 100 pessoas.
- Reserva Técnica climatizada, com equipamentos adequados para o acondicionamento do acervo museológico.
- Arquivo Histórico e Biblioteca com instalações e equipamentos que atendem às recomendações para preservação de acervos documentais.
- Ações de conservação preventiva e monitoramento das áreas de armazenamento e de exposição de acervos, que se estendem também as demais instalações físicas da Unidade.
- Programa informatizado de controle do acervo museológico (Sistema SCAM) desenvolvido especialmente para gerenciar dados do acervo museológico.
- Gerenciamento de acervos arquivístico-histórico, bibliográfico e musicológico por bases de dados informatizadas.
- Produção técnica resultante de pesquisas sobre acervos museológico, histórico e bibliográfico da Instituição e temáticas afins.
- Realização de exposições temporárias de acervos museológicos e coleções particulares, além de mostras de artistas plásticos contemporâneos.

- Projetos educativos e culturais consolidados, em permanente interação com a sociedade.
- Assessoria de Comunicação implantada.
- Programação cultural inserida nos calendários institucional e municipal.
- Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico implantado, com a formação da Brigada de Incêndio e a instalação de saída de emergência no edifício principal.
- Associação de Amigos atuante na captação de recursos extraordinários, possibilitando maior agilidade na execução de ações relativas à gestão museológica.

PONTOS FRACOS

- Espaços insuficientes e dispersos em imóveis distantes entre si, dificultando o funcionamento dos serviços administrativos e técnicos.
- Regimento Interno inadequado à realidade do Museu.
- Inexistência de política de capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento de servidores.
- Quadro funcional reduzido e com pouca renovação, complementado através de terceirização.
- Necessidade de produção de material pedagógico para divulgação, que facilite e instrumentalize as ações educativas.
- Indefinição de políticas de aquisição, empréstimo, permuta e descarte de acervos.
- Falta de setor permanente de informática, incluindo os serviços de suporte e manutenção de equipamentos.
- Ausência de base de dados para a Secretaria da Direção e para a Administração.
- Página virtual do Museu inadequada à complexidade da atuação do órgão.
- Sistema de segurança eletrônico com necessidade de ampliação da sua área de cobertura.
- Escassos programas de parceria com diferentes segmentos sociais capazes de apoiar as ações desenvolvidas pela instituição.

4. Objetivo

Promover ações de preservação, investigação e comunicação sobre a Inconfidência Mineira e seus desdobramentos, para maior conhecimento da história e afirmação dos valores nacionais, contribuindo para o processo de construção da cidadania brasileira.

5. Diretrizes

- Atuar em consonância com o Planejamento Estratégico do Governo Federal, adotando as diretrizes do Plano Nacional de Cultura.
- Promover a articulação com as políticas públicas federais, criando oportunidades para o estudo e a reflexão crítica sobre memória, patrimônio e cidadania, estabelecendo mecanismos que assegurem ao Museu a universalidade do acesso a seus espaços e às suas ações.
- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira, por meio de ações de preservação, investigação e comunicação do patrimônio cultural sob sua responsabilidade, visando à valorização da dignidade humana e o respeito à diversidade.
- Pleitear junto aos órgãos a que se subordina orçamento condizente com as suas necessidades.
- Assegurar instalações eficazes para a salvaguarda e a difusão do patrimônio, mantendo a integridade e a segurança de suas edificações.
- Garantir que seus acervos se constituam em dispositivos estratégicos para o processo educacional e cultural da sociedade.
- Promover a integração do Museu com outras unidades museológicas vinculadas às áreas federal, estadual e municipal, propiciando o intercâmbio de conhecimentos.
- Incentivar a constante qualificação do quadro de pessoal, investindo em políticas de capacitação e aperfeiçoamento.
- Manter atualizado o Regimento Interno do Museu, estabelecendo a padronização de procedimentos administrativos e técnicos.
- Realizar integração entre os setores técnicos e administrativos, por meio de reuniões periódicas e avaliações de desempenho, tendo em vista o incentivo à produção e à qualificação profissional.
- Estabelecer e executar política de pesquisa, com ênfase na Inconfidência Mineira para consolidar seu papel de Centro de Referência, estimulando novas abordagens.

- Estabelecer e executar política de aquisição, descarte, permuta e empréstimo de acervos.
- Estabelecer e executar política de conservação, restauração e gerenciamento de acervos, em consonância com os padrões institucionais e as orientações internacionais.
- Manter atualizado o inventário dos acervos, definindo normas e procedimentos para os sistemas de documentação e gestão patrimonial sob sua responsabilidade.
- Viabilizar programas de bancos de dados digitais, implantando sistemas integrados, com vistas à gestão e à disponibilização das informações sobre os acervos, em redes interna e externa.
- Manter a exposição de longa duração de acordo com os critérios contemporâneos da Museologia, promovendo ações integradas entre os setores a ela relacionados.
- Estabelecer e executar política de curadoria de exposições temáticas de curta e média duração, buscando contemplar a diversidade de demandas.
- Desenvolver e aplicar critérios para avaliações periódicas do perfil do usuário;
- Disponibilizar à sociedade, mediante remuneração ou gratuidade, a utilização cultural de seus espaços sociais.
- Ampliar meios para facilitar o acesso de portadores de necessidades múltiplas às áreas de atendimento público.
- Estabelecer política de segurança das edificações, dos acervos, dos profissionais e dos usuários, assegurando a prevenção contra roubos, incêndios, depredações, acidentes ou intempéries.
- Incentivar as publicações técnicas resultantes de pesquisas e de programas realizados na esfera do Museu.
- Produzir material de apoio às atividades educativas e culturais.
- Implantar programas permanentes de avaliação das ações.
- Estabelecer política de comunicação social interna e externa.
- Buscar a parceria com outros agentes que atuam no âmbito regional, mediante convênios para intercâmbio de recursos e tecnologias.

6. Programas

A. Programa Institucional

1. Readequar o Regimento Interno.
2. Readequar o Organograma Institucional.
3. Desenvolver e aplicar plano de avaliação das ações institucionais.
4. Desenvolver, implantar e gerenciar programas de informática para atender a todas as áreas do Museu no controle e acesso à informação.

B. Programa de Gestão de Pessoas

1. Adequar o quadro de pessoal as necessidades da Casa, através da criação de novas vagas para a admissão de concursados e estagiários, e terceirizados.
2. Promover ações de capacitação, aperfeiçoamento e progressão de seus profissionais, independente do vínculo institucional.

C. Programa de Acervos

1. Implantar política de aquisição, permuta, descarte e empréstimo dos acervos.
2. Consolidar o processamento técnico dos acervos, observadas as especificidades de cada área do conhecimento.
3. Manter e aperfeiçoar a política de conservação e restauração.
4. Compatibilizar e disponibilizar em rede as diversas bases de dados existentes.

D. Programa de Exposições

1. Estabelecer o plano de gerenciamento das exposições de longa e curta duração.
2. Criar programas de parceria e integração com outros museus para as mostras temporárias de acervos.

E. Programa Educativo e Cultural

1. Manter ações de interação com a sociedade.
2. Incentivar e ampliar programas interdisciplinares entre as diversas áreas de atuação.
3. Incentivar a produção e a publicação de estudos que resultem em efeito multiplicador.
4. Realizar oficinas educativas e culturais em extensão às exposições e aos eventos.

F. Programa de Pesquisa

1. Estabelecer linhas de pesquisa que contemplem o universo institucional e contribuam para o seu desenvolvimento.
2. Consolidar a posição do Museu com centro de referência sobre a Inconfidência Mineira.
3. Levantar e analisar o perfil do usuário para o estabelecimento de estratégias de ação.

G. Programa Arquitetônico

1. Ampliar o espaço físico da instituição.
2. Ampliar acessibilidade e adequações para comodidade - mobiliário, iluminação, etc. - e manutenção dos imóveis em condições satisfatórias.
3. Implantar sistema de telefonia com ramais no prédio principal e nos três anexos.

H. Programa de Segurança

1. Capacitar e manter reciclagem periódica das equipes de segurança e de serviços gerais.
2. Readequar e ampliar os sistemas eletrônicos de segurança do Museu.

I. Programa de Financiamento e Fomento

1. Desenvolver política de treinamento de pessoal para a elaboração de projetos visando captação de recursos.
2. Estabelecer parcerias com instituições afins para desenvolvimento de projetos.

J. Programa de Difusão e Divulgação

1. Implantar e manter atualizado o *site* do Museu.
2. Divulgar as ações e eventos da instituição, nos meios de comunicação local, nacional e internacional.
3. Implantar linha editorial que contemple publicações específicas para difundir os resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Museu.
4. Participar dos programas e eventos nacionais e internacionais em articulação com as Diretrizes do Departamento de Museus.